

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

31 de dezembro de 2017 e 2016
com Relatório do Auditor Independente



**Building a better
working world**

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas.....	1
Balanços patrimoniais consolidados	5
Demonstrações consolidadas do resultado.....	6
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas	10



Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar - Moinhos de Vento
90430-000 - Porto Alegre - RS - Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Cooperativo Sicredi S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Cooperativo Sicredi S.A e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificações, datado de 16 de fevereiro de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 11 de maio de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, which appears to be 'Dario Ramos da Cunha', is written over the text of the auditor's registration number.

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Balanços patrimoniais consolidados
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	12.483.500	11.079.230
Valores a receber de instituições financeiras	8	3.336.622	3.919.678
Ativos financeiros para negociação	9	1.829.805	5.555.364
Derivativos	10	28	648
Empréstimos e recebíveis de clientes	11	21.028.376	17.011.165
Ativos financeiros disponíveis para venda	12	1.737.922	1.776.058
Ativos financeiros mantidos até vencimento		660.681	753.815
Ativos intangíveis	13	2.044	269
Imobilizado	14	56.596	59.603
Propriedade de investimento	15	3.559	3.641
Crédito tributário diferido	21	25.157	22.529
Outros ativos	16	120.092	74.225
Total de ativos		41.284.382	40.256.225
Passivos			
Depósitos de instituições financeiras	17	14.543.923	12.872.928
Depósitos de clientes	18	9.725.157	6.956.296
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19	13.791.047	17.643.507
Derivativos	10	61	-
Provisões	20	34.487	20.494
Passivo tributário - corrente		8.217	26.490
Dívida subordinada		105.323	109.598
Outros passivos	22	1.650.434	1.222.594
Total de passivos		39.858.649	38.851.907
Patrimônio Líquido			
Capital social		1.168.974	1.168.974
Instrumento híbrido de capital e dívida		211.456	192.323
Reservas		45.632	44.078
Ajuste de valor patrimonial		(404)	(1.119)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.425.658	1.404.256
Participação dos acionistas não controladores		75	62
Total do patrimônio líquido		1.425.733	1.404.318
Total de passivos e patrimônio líquido		41.284.382	40.256.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de juros	24	3.245.320	3.894.273
Despesa de juros	24	(2.672.569)	(3.368.332)
Receita líquida com juros		572.751	525.941
Receita de tarifas, taxas e comissões	25	607.570	551.133
Despesa de tarifas, taxas e comissões	25	(262.486)	(206.285)
Receita líquida de tarifas, taxas e comissões		345.084	344.848
Ganho / (perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	26	9.516	8.738
Outras receitas operacionais	27	263.986	291.823
Despesas de pessoal	28	(137.080)	(143.698)
Outras despesas administrativas	29	(743.130)	(665.923)
Depreciação e amortização	13, 14 e 15	(3.842)	(3.004)
Outras despesas operacionais	30	(164.257)	(162.851)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	1.610	(5.352)
Lucro operacional antes da tributação		144.638	190.522
Tributos sobre o lucro	31	(58.847)	(83.772)
Lucro líquido do exercício		85.791	106.750
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		85.778	106.737
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		13	13
Lucro básico/diluído por ação (em Reais - R\$)			
Ações preferenciais classe A		0,24	0,23
Ações preferenciais classe B		0,13	0,12
Ações ordinárias		0,03	0,06
Quantidade			
Ações preferenciais classe A		249.548.540	249.694.156
Ações preferenciais classe B		32.782.343	32.792.885
Ações ordinárias		758.773.951	758.617.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	85.791	106.750
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Movimento líquido no valor justo	1.350	(808)
Efeito de imposto de renda	(635)	364
Total do resultado abrangente	<u>86.506</u>	<u>106.306</u>
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores	<u>13</u>	<u>13</u>
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador	<u>86.493</u>	<u>106.293</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Instrumento Híbrido de Capital e Dívida/Dívida Subordinada	Lucros/Prejuízos acumulados	Reservas de Lucros	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social				Ajuste Marcação a Mercado TVM			
Saldos em 1º de janeiro de 2015	1.057.999	168.675	-	121.566	(675)	1.347.565	49	1.347.614
Lucro líquido do exercício	-	-	106.737	-	-	106.737	13	106.750
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(444)	(444)	-	(444)
Reserva Legal	-	-	(5.315)	5.315	-	-	-	-
Reserva especial de lucro	-	-	(433)	433	-	-	-	-
Dividendos e juros ao capital	-	-	(100.989)	-	-	(100.989)	-	(100.989)
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida/dívida subordinada	-	23.648	-	-	-	23.648	-	23.648
Aumento de capital	110.975	-	-	(83.236)	-	27.739	-	27.739
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.168.974	192.323	-	44.078	(1.119)	1.404.256	62	1.404.318
Lucro líquido do exercício	-	-	85.778	-	-	85.778	13	85.791
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	715	715	-	715
Reserva Legal	-	-	(4.432)	4.432	-	-	-	-
Reserva especial de lucro	-	-	2.878	(2.878)	-	-	-	-
Dividendos e juros ao capital	-	-	(84.224)	-	-	(84.224)	-	(84.224)
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida/dívida subordinada	-	19.133	-	-	-	19.133	-	19.133
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.168.974	211.456	-	45.632	(404)	1.425.658	75	1.425.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido consolidado antes da tributação e participação dos acionistas não controladores	144.638	190.522
Ajustes ao lucro:		
<i>Itens não monetários incluídos no lucro líquido consolidado</i>		
Depreciação e amortização	3.842	3.004
Provisões para perdas de crédito	(1.610)	5.352
Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida	19.133	23.648
Juros Dívida subordinada	49	-
Provisão para passivos em litígios	14.028	7.173
Custo da alienação de imobilizado	3.259	546
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	725	1.462
	39.426	41.185
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		
Valores a receber de instituições financeiras	583.056	(2.283.551)
Ativos financeiros disponíveis para venda	38.851	569.720
Ativos financeiros para negociação	3.724.834	(3.989.009)
Derivativos	620	5.467
Empréstimos e recebíveis a clientes	(4.015.601)	(1.788.285)
Outros ativos	(45.867)	35.737
	285.893	(7.449.921)
Aumento (decréscimo) líquido nos passivos operacionais		
Derivativos	61	(436)
Depósitos clientes	2.768.861	1.702.337
Depósitos de instituições financeiras	1.670.995	851.568
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(3.852.460)	5.803.017
Outros passivos	461.247	224.288
Impostos sobre lucros pagos	(90.700)	(89.565)
	958.004	8.491.209
Total de fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	1.427.961	1.272.995
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativos financeiros mantidos até vencimento	93.134	(655.402)
Títulos e créditos a Receber	19.799	21.892
Aquisição de imobilizado	(3.142)	(4.444)
Aquisição de intangível	(2.645)	-
Total de fluxo de caixa das atividades de investimento	107.146	(637.954)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dívida subordinada	(19.848)	(21.908)
Juros ao capital	(10.000)	-
Pagamento de dividendos	(100.989)	-
Total de fluxo de caixa das atividades de financiamento	(130.837)	(21.908)
Movimento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.404.270	613.133
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.079.230	10.466.097
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.483.500	11.079.230
Transações não monetárias	82.772	100.989
Dividendos	82.772	100.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco” ou “Instituição”), instituição financeira privada nacional, constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN, teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. A Instituição tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema de Crédito Cooperativo (“Sicredi” ou “Sistema”), atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo.

Em 31 de dezembro de 2017, o Sistema está organizado por 117 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com as cinco Centrais Regionais (“Centrais”) – acionistas da Sicredi Participações S.A. – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi (“Confederação Sicredi”), a Fundação Sicredi e o Banco, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda, a Sicredi Cartões Ltda, a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda e a Administradora de Bens Sicredi Ltda.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

O Banco e o Rabo Development B.V., braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank, firmaram acordo de investimento em 07 de junho de 2011. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011.

Em outubro de 2012, o Banco e a International Finance Corporation (“IFC”), membro do Banco Mundial e maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento, firmaram acordo de investimento. A parceria visa contribuir para a manutenção da capacidade de alavancagem do Banco em níveis que permitam atender às demandas das Cooperativas filiadas, além de garantir o alinhamento estratégico do Sistema e IFC. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 24 de maio de 2013.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2017, o Rabo Development B.V. e a IFC detêm, respectivamente, participação de 23,97% e 3,15% das ações do Banco.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco e Empresas Controladas em IFRS foram aprovadas pela diretoria em 30 de abril de 2018.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Este conjunto de Demonstrações Financeiras Consolidadas foi preparado de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), em atendimento à Resolução nº 3.786/09 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor até 31 de dezembro de 2017. As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2017 são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2016, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2.2 Base da Consolidação das demonstrações financeiras

2.2.1 Controladas

As controladas e outras entidades sobre as quais o Banco exerce controle, direta ou indiretamente, são consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o Banco obtém o controle, e deixam de ser consolidadas na data na qual esse controle acaba. Todas as transações, saldos, e ganhos e perdas não realizados entre as unidades de negócios do Banco são eliminados como parte da consolidação.

As participações minoritárias representam, diretamente ou indiretamente, a porção do resultado e do patrimônio líquido que não pertence ao Banco, e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e incluídas no patrimônio líquido do balanço consolidado, de forma destacada no patrimônio líquido da controladora.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

<u>Empresa</u>	<u>Atividade</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Participações diretas no capital:		%	%
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	Administradora de Consórcios	99,99	99,99
Sicredi Cartões Ltda.	Sicredi Cartões	99,99	99,99
Administradora de Bens Sicredi Ltda.	Administradora de Bens	99,98	99,98
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.	Corretora de Seguros	99,75	99,75

3. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas são explicadas abaixo.

3.1 Estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração faça estimativas e adote premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, os ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, e os valores reportados de receitas e despesas durante o período de apresentação dos relatórios. As situações avaliadas com base nos dados e informações financeiras disponíveis abrangem principalmente a determinação da provisão para devedores duvidosos, valor justo de ativos e passivos e reduções ao valor recuperável (*impairments*). Embora a administração tenha baseado suas estimativas na avaliação mais cuidadosa possível das circunstâncias e atividades atuais, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas.

3.2 Instrumentos financeiros

3.2.1 Geral

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo de mercado.

Diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Instituição para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como “*day-one profit/loss*”) são reconhecidas no resultado do período somente quando a Instituição possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos.

A Instituição utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Instituição se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre.

A administração determina a classificação apropriada dos seus investimentos nas suas datas de aquisição.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3.2.2 Ativos financeiros para negociação

Ativos financeiros para negociação são adquiridos para obter ganhos sobre flutuações de curto prazo nos preços ou margens dos *traders*, ou fazem parte de uma carteira que gera ganhos de curto prazo regularmente. Esses ativos são registrados pelo valor justo com base em preços cotados.

Quaisquer ganhos e perdas realizados e não realizados são incluídos na rubrica 'Ganho/(perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado'. Os juros auferidos em ativos financeiros para negociação são reconhecidos como receita de juros.

3.2.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que se pretendem manter indefinidamente e que poderão ser vendidos para fins de liquidez ou como resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio ou preços das ações são classificados como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros classificados como "disponíveis para venda" são inicialmente reconhecidos pelo custo da transação e imediatamente reavaliados pelo valor justo com base nos preços de mercado ou valores cotados extraídos dos modelos de fluxo de caixa. Os valores justos de títulos patrimoniais não negociados em bolsa são estimados com base nos índices preço/lucro apropriados, ajustados para refletir circunstâncias específicas dos respectivos emissores. Quaisquer ganhos e perdas não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio, a menos que se refiram a juros amortizados.

Caso esses ativos financeiros sejam vendidos ou sofram perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), ou seja, o valor justo for por tempo prolongado ou significativamente menor do que seu custo, os ajustes no valor justo são reconhecidos no resultado.

O valor recuperável de ativos financeiros cotados é determinado com base no valor de mercado. Esses ativos cotados são considerados como tendo sofrido redução ao seu valor recuperável se houver indicações objetivas de que o valor de mercado diminuiu a tal ponto que nenhuma premissa razoável pode ser adotada e atingir o valor contábil em um futuro próximo.

Caso a redução ao valor recuperável de um ativo disponível para venda diminuir em um período subsequente e a diminuição puder ser atribuída objetivamente a um evento que ocorreu após a redução ao valor recuperável, a mesma é estornada por meio do resultado. Isso não se aplica aos investimentos em instrumentos acionários, onde um aumento no valor após a redução ao valor recuperável é contabilizado como uma reavaliação.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3.2.4 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com prazos e fluxos de caixa fixos são classificados como mantidos até o vencimento, desde que a administração tenha a intenção e capacidade financeira de mantê-los pelos seus prazos totais e tenha condições de fazer isso. Os ativos financeiros classificados na categoria “mantidos até o vencimento” são mensurados ao custo amortizado com base no custo a taxa efetiva de juros, líquido de provisões para perdas por redução ao valor recuperável.

Os juros auferidos em ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos como receita de juros.

3.2.5 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos geralmente significam contratos cambiais, futuros de moeda e taxa de juros, contratos a termo, *swaps* monetários e de taxa de juros, e opções de moedas e juros (subscritos e adquiridos). Os instrumentos financeiros derivativos podem ser negociados em uma bolsa ou como instrumentos de balcão entre o Banco e um cliente.

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo. O valor justo é determinado utilizando-se preços cotados de mercado, preços oferecidos por *traders*, modelos de desconto de fluxos de caixa, e modelos de avaliação de opções com base nos preços de mercado atuais e preços contratados para os instrumentos subjacentes, bem como a mudança no valor do dinheiro no decorrer do tempo, curvas de rendimento e a volatilidade dos ativos e passivos subjacentes. Todos os instrumentos financeiros derivativos são incluídos no ativo caso seu valor justo for positivo e no passivo caso seu valor justo for negativo.

Instrumentos financeiros derivativos incorporados em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente caso seus riscos e características não estiverem fortemente relacionados àqueles do contrato de derivativos subjacente e esse contrato não for classificado pelo valor justo por meio do resultado.

Para instrumentos não utilizados para operações de hedge, os ganhos e perdas realizados e não realizados com instrumentos financeiros derivativos são classificados pelo Banco como mantidos para negociação e reconhecidos em “Receita de juros”.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3.2.6 Operações compromissadas

Os ativos financeiros que são vendidos e estão sujeitos a acordos de venda e recompra estão incluídos nas demonstrações financeiras em “ativos financeiros disponíveis para venda”. O passivo para a contraparte é incluído em “depósitos de instituições financeiras” e “depósitos de clientes”, dependendo da aplicadora.

Ativos financeiros adquiridos sob acordos de revenda e recompra são reconhecidos dependendo do prazo e da aplicadora como:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Valores a receber de instituições financeiras, ou;
- Obrigações por títulos e valores mobiliários.

A diferença entre o preço de venda e preço de recompra é reconhecida como receita de juros ou despesa de juros no decorrer do prazo do acordo, com base no método de juros efetivos.

3.2.7 Empréstimos e recebíveis de clientes e valores a receber de instituições financeiras

Empréstimos a clientes e valores a receber de instituições financeiras são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos, não cotados em um mercado ativo. Esses empréstimos e valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, incluindo custos da transação. Os empréstimos estão sujeitos a análises de redução ao valor recuperável individuais ou coletivas. Um ajuste de valor, uma provisão para perdas em empréstimos, é reconhecida se houver evidência objetiva de que o Banco não é capaz de receber os valores devidos com base nos termos originais do contrato.

O tamanho da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, que é o valor presente dos fluxos de caixa esperados, incluindo valores recuperáveis com base em avais, fianças e outras garantias, descontados pela taxa de juros efetiva original dos empréstimos.

A provisão para empréstimos inclui prejuízos se houver evidência objetiva de que as perdas são atribuíveis a algumas parcelas da carteira de empréstimos na data do balanço. Exemplos de evidência objetiva para ajustes de valor são:

- Problemas financeiros significativos por parte do tomador;
- Atraso no pagamento de juros e/ou do principal por parte do tomador;
- Renegociações de empréstimos;
- Possibilidade de falência ou reorganização financeira do tomador;

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

- Mudanças na situação de pagamento do tomador;
- Mudanças nas circunstâncias econômicas que poderão levar o tomador a não honrar seus compromissos financeiros.

As perdas são estimadas com base no padrão histórico de prejuízos para cada parcela separada, nos *ratings* de crédito dos tomadores e levando em conta as condições econômicas sob as quais os tomadores realizam suas atividades.

O valor contábil dos empréstimos é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o prejuízo é lançado na conta de resultado. Caso o empréstimo não for passível de recebimento, ele é baixado da provisão relacionada de perdas em empréstimos. Quaisquer valores recebidos subsequentemente são incluídos sob o item “provisão para créditos de liquidação duvidosa” na conta de resultado.

3.2.8 Depósitos de instituições financeiras, depósitos de clientes e obrigações por títulos e valores mobiliários

Essas obrigações por empréstimos são inicialmente reconhecidas pelo custo, ou seja, os valores recebidos menos os custos de transação diretamente atribuíveis e não recorrentes. Os empréstimos são incluídos subsequentemente ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos e o valor de resgate é reconhecida no decorrer do prazo do empréstimo, utilizando o método de juros efetivos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4 Moedas estrangeiras

3.4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades controladas pelo Banco.

3.4.2 Transações em moedas estrangeiras

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações. Diferenças de conversão surgidas na liquidação de tais transações ou na conversão de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Diferenças de conversão em títulos de dívida e outros ativos financeiros monetários registrados pelo valor justo são incluídas em ganhos e perdas cambiais. Diferenças na conversão de itens não monetários tais como instrumentos acionários para negociação são reconhecidas como parte dos ganhos e perdas ao valor justo.

3.5 Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos remunerados são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, com a aplicação do método dos juros efetivos. A receita de juros inclui cupons relacionados a ativos financeiros com juros fixos e ativos financeiros para negociação, bem como prêmios e descontos acumulados nos títulos do tesouro e outros instrumentos altamente líquidos.

Se quaisquer empréstimos sofrerem perdas por redução ao valor recuperável, eles são baixados para os seus valores recuperáveis e a receita de juros reconhecida a partir de então é baseada na taxa de desconto para se calcular o valor presente dos fluxos de caixa futuros utilizados para determinar os valores recuperáveis.

3.6 Tarifas, taxas e comissões

A receita das atividades de administração de ativos consiste principalmente de taxa de administração de fundos e clubes de investimentos.

A receita de administração de ativos e corretagem de seguros é reconhecida conforme auferida uma vez que os serviços tenham sido prestados. Taxas, comissões e receita de outros serviços prestados são geralmente reconhecidas pelo regime da competência.

3.7 Ativo intangível

3.7.1 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis incluem o valor de software de computadores.

Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuro esperados que seja a eles atribuído serão transferidos para o Banco.

Os gastos que melhoram o desempenho do software em relação às suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Depois do reconhecimento inicial, ativos intangíveis são contabilizados ao custo menos qualquer amortização acumulada e qualquer perda com redução ao valor recuperável.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3.8 Imobilizado

Os equipamentos para uso próprio são reconhecidos pelo custo histórico, líquido da depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para uso próprio representam principalmente escritórios e também são reconhecidas ao custo menos a depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

A depreciação pelo método linear é aplicada a esses ativos de acordo com o esquema abaixo.

Cada ativo é depreciado até o seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada:

- Terrenos: não são depreciados
- Edifícios: 55 anos
- Equipamentos de computação e veículos: 5 anos
- Outros equipamentos: 10 anos

Anualmente, o Banco avalia se há indicadores de redução ao valor recuperável do imobilizado.

Se o valor contábil de um ativo supera o seu valor recuperável estimado, o valor contábil é reduzido imediatamente para o valor recuperável.

Os ganhos e perdas na alienação dos itens do imobilizado são determinados na razão direta dos seus valores contábeis e levados em conta na determinação do resultado operacional. Os reparos e trabalho de manutenção são debitados do resultado no momento que os custos relevantes são incorridos. Os gastos para estender ou aumentar os benefícios de terrenos e edificações em comparação com seus benefícios originais são capitalizados e depreciados subseqüentemente.

3.9 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento, principalmente edifícios comerciais, são mantidas para receita de locação de longo prazo e não são utilizadas pelo Banco ou suas controladas. As propriedades para investimento são reconhecidas como investimentos de longo prazo e incluídas no balanço pelo custo, líquido da depreciação acumulada e redução ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para investimento são depreciadas de acordo com os termos dos contratos de arrendamento subjacentes.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas se o Banco ou as empresas Controladas, possuírem uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, se for provável que um desembolso de recursos que possui benefícios econômicos será necessário para liquidar a obrigação, e se uma estimativa confiável puder ser feita do valor da obrigação.

Se o Banco espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, sob um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente se for praticamente certo. As provisões são lançadas pelo custo descontado dos fluxos de caixa futuros esperados.

3.11 Benefícios a pessoal

Um plano de contribuição definida é aquele no qual o Banco paga contribuições fixas para uma entidade separada (um fundo de pensão) e não adquire nenhuma obrigação legal ou implícita.

Com base nos planos de contribuição definida, o Banco paga contribuições para planos de pensão segurados gerenciados por entidades públicas ou privadas em uma base compulsória, contratual ou voluntária. Uma vez que as contribuições tenham sido feitas, o Banco não tem obrigações posteriores de pagamento. As contribuições regulares são o total do custo para o exercício no qual elas são devidas e estão incluídas nessa base no item “despesas de pessoal”.

3.12 Impostos

Os impostos a receber e a pagar e os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso estejam relacionados ao mesmo grupo tributário e à mesma autoridade tributária. Eles também são compensados se houver um direito garantido por lei para a compensação dos itens fiscais e o tratamento simultâneo, ou a liquidação for esperado.

Provisões são integralmente constituídas para passivos fiscais diferidos, utilizando o método do passivo, decorrentes de diferenças temporárias no balanço entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de relatórios financeiros.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos à medida que for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação ao quais as diferenças temporárias podem ser utilizadas.

Os impostos sobre o lucro são calculados de acordo com a legislação tributária no Brasil e reconhecidos no período no qual o lucro é realizado.

Os efeitos fiscais da compensação de perdas tributárias não utilizadas são reconhecidos como um ativo se for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação ao quais as perdas podem ser utilizadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Ativos ou passivos fiscais diferidos são incluídos para a reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda que são debitados ou transferidos para o patrimônio e reconhecidos na realização, juntamente com o respectivo ganho ou perda.

3.13 Garantias financeiras

As garantias financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo e subseqüentemente pelo maior valor entre:

- O valor que o Banco teria de pagar razoavelmente na data do balanço para liquidar a obrigação ou transferi-la para um terceiro; ou
- O valor contábil inicial menos a amortização.

3.14 Demonstração dos fluxos de caixa

As disponibilidades abrangem recursos em caixa, depósitos no mercado monetário e depósitos em bancos centrais. A demonstração de fluxo de caixa é preparada de acordo com o método de cálculo indireto e fornece detalhes da origem das disponibilidades que se tornaram acessíveis durante o exercício e sua aplicação durante o ano.

O lucro operacional antes de impostos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é ajustado para os itens no resultado e movimentações nos itens do balanço que efetivamente não geram fluxos de caixa durante o ano.

Os fluxos de caixa de atividades operacionais, de investimento e financiamento são apresentados separadamente. Movimentos nos empréstimos e recebíveis e depósitos interfinanceiros são contabilizados nos fluxos de caixa de atividades operacionais. As atividades de investimento referem-se a aquisições e alienações e repagamentos de investimentos financeiros, bem como a aquisição e alienação de controladas e imobilizado.

Os valores da emissão e pagamentos de empréstimos subordinados se qualificam como atividades de financiamentos.

3.15 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo Banco.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais classe A terem direito sobre o recebimento de dividendos com base no lucro do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito), conforme previsto no acordo de acionistas do Banco. Estes dividendos são calculados com base em um coeficiente (QPL) aplicado sobre o resultado do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito) gerando, desta forma, uma desproporcionalidade na distribuição dos dividendos em relação à participação percentual sobre o capital do Banco.

3.16 Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB e que ainda não estão em vigor.

Até 31 de dezembro de 2017, diversas normas e interpretações, e respectivas alterações, foram emitidas pelo IASB, que não estão vigentes para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de dezembro de 2017.

Aquelas que estão em análise e poderão ter efeito nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco são discutidas abaixo:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge* para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018.

O Banco Sicredi realizou as simulações dos possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração e a transição para o IFRS 9 acarretará, segundo as melhores estimativas, uma redução não superior a 3,00% do patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários.

Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*): As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28, ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração à IAS 12 – Impostos sobre a Renda: A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. Conciliação entre IFRS e BRGAAP

4.1 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Os principais ajustes que impactaram o resultado e o patrimônio líquido do Banco são:

4.1.1 Conversão de moeda estrangeira

Para BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade por meio da utilização da cotação “PTAX800” (média praticada no dia), conforme determinam as regras do BACEN. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra para ativos e venda para passivos.

A diferença na taxa de conversão de operações em moeda estrangeira gerou ajuste de critérios contábeis.

4.1.2 Provisão para devedores duvidosos/Ajuste ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis

A provisão para devedores duvidosos, segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN é constituída com base nos requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682/99 que abrangem análise da carteira quanto aos riscos de perda, estratificação por faixas de vencimento e consideração a determinados parâmetros regulamentares.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

A provisão para ajuste a valor de recuperação de ativos financeiros, segundo as normas internacionais é apurada tomando por base análise individual e coletiva das operações que compõem o portfólio de ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito e contemplam análise do histórico de perdas e informações conhecidas por ocasião das análises.

4.1.3 Ativos permanentes

A depreciação pelas práticas contábeis em BRGAAP foi influenciada por exigências fiscais, porém, de acordo com o IFRS elas devem refletir a vida útil dos ativos. O Banco e suas controladas utilizam para determinação da vida útil de seus prédios 25 anos, mas o laudo solicitado pelo Banco apurou a nova vida útil dos prédios de sua propriedade passando para 55 anos o que ocasionou uma reversão de depreciação.

4.1.4 Propriedade para investimento

A Administradora de Bens Sicredi, empresa controlada do Banco é destinada a administração de bens. A maior parte dos ativos imobilizados do Banco e suas controladas se encontra alocados nessa empresa, a qual faz a locação de instalações e edifícios para as empresas do consolidado, mas também loca para terceiros beneficiando-se do aluguel para geração de receitas.

O Banco e controladas não dá tratamento específico de propriedade para investimento a nenhum dos ativos mantidos pelo grupo.

Os imóveis são reconhecidos ao custo e depreciados normalmente e as receitas de aluguel são reconhecidos de acordo com a regime de competência.

Segundo determina o IFRS - Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, diante disso o Banco efetuou a reclassificação das áreas locadas para terceiros passando assim a ser reconhecida como Propriedade para investimento.

4.1.5 Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias ou dedutíveis. Sendo assim o Banco efetuou os cálculos dos impostos diferidos sobre os ajustes de adoção.

4.1.6 Taxa efetiva de juros captação de poupança

O IFRS exige que, para todos os instrumentos financeiros (ativos e passivos) que paguem juros que não são classificados como “valor justo contra resultado”, os juros sejam reconhecidos de acordo com a taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta todos os fluxos de caixa esperados ao longo da vida esperada do instrumento ao valor contábil do instrumento no primeiro dia.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

A vida esperada de um instrumento financeiro não é necessariamente igual à vida contratual - por exemplo, algumas operações têm um alto nível de pré-pagamento, renegociação ou resgate antes da data de vencimento. A vida esperada utilizada no cálculo da taxa efetiva de juros baseia-se nas provisões da entidade. A vida contratual deve ser utilizada apenas se a vida esperada não possa ser estimada de uma maneira confiável. Mudanças nas expectativas da entidade deveriam ser contabilizadas no resultado quando ocorrerem.

O Banco avaliou suas operações de captação de poupança e identificou um ajuste imaterial, que foi reconhecido no resultado conforme determina o IFRS.

4.1.7 Classificação dos instrumentos híbridos de capital e dívida e dívida subordinada

Instrumentos financeiros emitidos são classificados com base em suas obrigações contratuais, e não em sua forma legal. Uma captação é classificada como Patrimônio Líquido se não possuir obrigação contratual de pagar juros, principal ou dividendo, por meio de entrega de caixa ou outros ativos financeiros ao detentor ou de troca de ativos e passivos financeiros com o detentor sob condições que são potencialmente desfavoráveis ao emissor.

As captações efetuadas pelo Banco através de Recibo de Depósito Bancário - RDB com a finalidade de "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", realizadas juntos às Cooperativas Centrais de Crédito controladoras não possuem prazo de vencimento e podem ser usados para absorção de prejuízos. Diante deste fato o Banco efetuou a reclassificação deste instrumento entendendo que o mesmo tem característica de capital.

5. Capital Regulatório

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	1.368.189	1.354.341
Nível I (NI)	1.368.189	1.354.341
Capital Principal (CP)	1.208.856	1.205.261
Capital Social	1.168.976	1.168.976
Reservas de Capital	41.902	37.469
Lucros acumulados	-	-
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	(404)	(1.119)
Ajustes Prudenciais	(1.619)	(65)
Dedução de investimento em outras entidades	-	-
Capital Complementar (CC)	159.333	149.080
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	211.456	192.323
Dedução de investimento em outras entidades	(52.123)	(43.243)
Nível II (NII)	-	-
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	52.662	65.759
Dedução de investimento em outras entidades	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	6.547.176	7.673.718
Risco de Crédito	5.250.935	6.599.240
Risco de Mercado	68.807	51.644
Risco de Operacional	1.227.434	1.022.834
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancaria	67.664	44.207
Margem de Capital¹	613.071	552.354
Índice de Basileia (PR / RWA)	23,4%	17,6%
Capital Nível I (NI / RWA)	23,4%	17,6%
Capital Principal (CP / RWA)	20,8%	15,7%
Capital Complementar (CC / RWA)	2,6%	1,9%
Capital Nível II (NII / RWA)	-	-
Situação de Imobilização (Imob)	118.613	113.504
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,2%	8,4%

¹ Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos

6. Gerenciamento de Riscos

6.1 Risco de crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de crédito pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatórios \ Gestão de Riscos”.

6.2 Risco de liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

6.3 Risco de mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

6.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

6.5 Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

6.6 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

	Nota	2017	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa		12.483.500	12.567.233
Valores a receber de instituições financeiras	6.6.1	3.336.622	3.336.622
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.6.2	21.028.376	21.028.376
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	6.6.2	660.886	693.537
Total do ativo		37.509.384	37.625.768
Passivo			
Depósitos de instituições financeiras	6.6.4	14.543.923	14.543.923
Depósitos de clientes	6.6.4	9.725.157	9.725.157
Obrigações portítulos e valores mobiliários	6.6.3	13.791.047	13.984.238
Total do passivo (instrumentos financeiros)		38.060.127	38.253.318

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa		11.079.230	11.122.058
Valores a receber de instituições financeiras	6.6.1	3.919.678	3.919.678
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.6.2	17.011.165	17.011.165
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	6.6.2	754.471	753.081
Total do ativo		32.764.544	32.805.982
Passivo			
Depósitos de instituições financeiras	6.6.4	12.872.928	12.872.928
Depósitos de clientes	6.6.4	6.956.296	6.956.296
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.6.3	17.643.507	17.705.386
Total do passivo (instrumentos financeiros)		37.472.731	37.534.610

O valor justo é o valor no qual um ativo poderia ser negociado ou um passivo liquidado entre duas partes informadas e dispostas em uma transação isenta de interesses.

- 6.6.1 Valores a receber de instituições financeiras: O valor justo dos valores a receber de instituições financeiras é estimado a partir dos modelos de fluxo de caixa descontado.
- 6.6.2 Ativos financeiros disponíveis para venda: O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é estimado a partir dos modelos de fluxo de caixa descontado ou, quando aplicáveis, modelos de precificação de opções.
- 6.6.3 Obrigações por títulos e valores mobiliários: O valor justo desses instrumentos é calculado utilizando-se um modelo de fluxo de caixa descontado, com base em uma curva de rendimento atual apropriada para o prazo de vencimento.
- 6.6.4 Demais instrumentos financeiros ativos e passivos: Assume-se que o valor justo dos demais instrumentos financeiros ativos e passivos é praticamente igual ao seu valor contábil.

O teste de sensibilidade tem como objetivo medir a volatilidade dos preços de um título em função de oscilações nas taxas de juros, complementando o gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira de não negociação.

A tabela abaixo apresenta, para cada fator de risco com exposição relevante, a variação percentual da taxa de juros necessária para gerar uma redução do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondente a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência (PR).

Fator de Risco	Exposição		5% PR		10% PR		20% PR	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pré	14.188.624	14.039.148	1,23%	1,83%	2,66%	3,79%	5,72%	8,12%
TR	9.125.245	3.804.027	-0,56%	-0,68%	-0,96%	-1,32%	-2,23%	-2,53%

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir resume os métodos de avaliação utilizados para determinar o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

O detalhamento é o seguinte:

- Nível 1: Preços de mercado cotados em um mercado ativo;
- Nível 2: Métodos de avaliação baseados em premissas totalmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo;
- Nível 3: Métodos de avaliação baseados em premissas não ou apenas parcialmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo. Não há itens avaliados através desta metodologia.

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2017			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	12.483.500	-	12.483.500
Ativos financeiros para negociação	1.548.785	281.020	1.829.805
Derivativos	-	28	28
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.737.922	1.737.922
Passivo			
Depósitos de instituições financeiras	14.543.923	-	14.543.923
Depósitos de clientes	9.725.157	-	9.725.157
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	13.791.047	13.791.047
Derivativos	-	61	61
Em 31 de dezembro de 2016			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	11.079.230	-	11.079.230
Ativos financeiros para negociação	5.299.668	255.696	5.555.364
Derivativos	-	648	648
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.776.058	1.776.058
Passivo			
Depósitos de instituições financeiras	12.872.928	-	12.872.928
Depósitos de clientes	6.956.296	-	6.956.296
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	17.643.507	17.643.507

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos prazos dos ativos e passivos financeiros mais relevantes do Consolidado:

	2017			Total
	Sem vencimento e Até 3 meses	A vencer em até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	
Em 31 de dezembro de 2017				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	12.483.500	-	-	12.483.500
Valores a receber de instituições financeiras	1.857.567	1.086.774	392.281	3.336.622
Ativos financeiros para negociação	148.502	400.497	1.280.806	1.829.805
Derivativos	2	26	-	28
Empréstimos e recebíveis de clientes	2.433.940	11.374.473	7.219.963	21.028.376
Ativos financeiros disponíveis para venda	837.466	-	900.456	1.737.922
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	205.610	455.071	660.681
Passivos				
Depósitos de instituições financeiras	630.477	5.466.309	8.447.137	14.543.923
Depósitos de clientes	9.686.958	3.358	34.841	9.725.157
Obrigações por títulos e valores mobiliários	12.539.543	403.723	847.781	13.791.047
Derivativos	-	55	6	61
2016				
	Sem vencimento e Até 3 meses	A vencer em até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2016				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	11.079.230	-	-	11.079.230
Valores a receber de instituições financeiras	1.009.521	1.647.555	1.262.602	3.919.678
Ativos financeiros para negociação	75.213	4.769.323	710.828	5.555.364
Derivativos	106	542	-	648
Empréstimos e recebíveis de clientes	1.791.868	9.053.319	6.165.978	17.011.165
Ativos financeiros disponíveis para venda	88.994	-	1.687.064	1.776.058
	-	340.050	413.765	753.815
Passivos				
Depósitos de instituições financeiras	747.453	4.332.983	7.792.492	12.872.928
Depósitos de clientes	6.929.066	23.459	3.771	6.956.296
Obrigações por títulos e valores mobiliários	16.390.385	478.332	774.790	17.643.507

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Disponibilidade	98.827	121.599
Operações compromissadas	12.372.300	10.950.812
Depósitos em banco central com exceção dos depósitos de reservas compulsórias	12.373	6.819
Total	12.483.500	11.079.230

Os depósitos de reserva compulsórios são depósitos junto ao BACEN exigidos com base na sua política de reserva mínima.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

8. Valores a receber de instituições financeiras

	2017	2016
Depósitos junto a instituições financeiras	<u>1.850.626</u>	<u>827.337</u>
Operações compromissadas - aplicações	<u>1.485.996</u>	<u>3.092.341</u>
Total	<u>3.336.622</u>	<u>3.919.678</u>

9. Ativos financeiros para negociação

	2017	2016
Títulos públicos - LFT	<u>1.271.829</u>	<u>710.828</u>
Títulos públicos - LTN	<u>399.894</u>	<u>3.505.219</u>
Outros títulos de dívida - CPR	<u>0</u>	<u>180.155</u>
Notas do Tesouro Nacional - NTN	<u>9.580</u>	<u>1.083.949</u>
Quotas de fundos de investimentos	<u>148.502</u>	<u>75.213</u>
Total	<u>1.829.805</u>	<u>5.555.364</u>

10. Instrumentos financeiros derivativos e outros passivos relacionados a negociações

As tabelas a seguir apresentam os valores contratuais e os valores justos positivos e negativos dos contratos de derivativos do Banco.

	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
<i>Em 31 de dezembro de 2017</i>			
Instrumentos financeiros derivativos	<u>1.860.908</u>	<u>28</u>	<u>61</u>
Total	<u>1.860.908</u>	<u>28</u>	<u>61</u>
	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
<i>Em 31 de dezembro de 2017</i>			
- Derivativos de moedas	<u>1.813.620</u>	<u>3</u>	<u>61</u>
- Não cotados	<u>4.261</u>	<u>3</u>	<u>61</u>
- Swaps	<u>4.261</u>	<u>3</u>	<u>61</u>
- Cotados	<u>1.809.359</u>	-	-
- Futuros	<u>1.809.359</u>	-	-
- Derivativos de taxas de juros	<u>47.288</u>	<u>25</u>	-
- Não cotados	<u>47.288</u>	<u>25</u>	-
- Swaps	<u>47.288</u>	<u>25</u>	-
Total	<u>1.860.908</u>	<u>28</u>	<u>61</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2016	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos	8.845.962	648	0
Total	8.845.962	648	0

Em 31 de dezembro de 2016	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
- Derivativos de moedas	8.845.962	648	0
- Não cotados	10.267	648	0
- Swaps	10.267	648	0
- Cotados	8.835.695	-	-
- Futuros	8.834.095	0	0
- Opção	1.600	0	0
Total	8.845.962	648	0

11. Empréstimos e recebíveis de clientes

	2017	2016
Empréstimos para clientes privados		Reapresentado
Clientes carteira comercial	1.577.320	1.223.168
Clientes carteira rural	6.804.925	5.856.658
Clientes carteira cambio	111.012	79.391
Clientes carteira rural - repasses interfinanceiros	11.092.074	8.841.436
Clientes cartões	1.244.434	829.536
Demais clientes	199.418	185.194
Menos: Provisões de crédito	(807)	(4.218)
Total	21.028.376	17.011.165

	2017	2016
Detalhamento das provisões de crédito:		
Em 1º janeiro	4.218	3.584
- Redução ao valor recuperável adicional para perdas de crédito	(1.610)	5.352
- Outros	(1.801)	(4.718)
Total do valor das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes	807	4.218
Provisão coletiva	807	2.363
Provisão geral	-	1.855
Total do valor das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes	807	4.218

A tabela a seguir demonstra a concentração das operações de crédito.

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	4.491.462	22,74	3.227.740	19,99
50 devedores seguintes	6.822.485	34,55	5.761.154	35,69
100 devedores seguintes	688.321	3,49	638.945	3,96
Demais	9.026.915	39,22	7.387.544	40,36
Total	21.029.183	100,00	17.015.383	100,00

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.249 (2016 – R\$ 1.724).

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

O Banco possui sistema interno de rating de crédito que está de acordo com os requerimentos do BACEN. Suas operações estão substancialmente concentradas junto às Cooperativas de Crédito do sistema Sicredi através de operações diretas aos seus associados cooperados, avaliados como de risco baixo. O risco baixo inclui operações classificadas com ratings AA e A.

12. Ativos financeiros disponíveis para venda

	2017	2016
Títulos públicos	1.737.922	1.776.058
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	1.737.922	1.776.058

Em 31 de dezembro de 2017, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram perda líquida de R\$ 684 (2016 – R\$ 2.034), os quais estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no valor de R\$ 404 (2016 – R\$ 1.119).

13. Ativos intangíveis

	Outros ativos intangíveis
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2017</i>	
Valor contábil líquido inicial	269
- Adições	2.645
- Baixas	(353)
- Amortização	(517)
Valor contábil líquido final	2.044
Custo	4.104
Amortização acumulada e reduções ao valor recuperável	(2.060)
Valor contábil líquido	2.044
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2016</i>	
Valor contábil líquido inicial	601
- Amortização	(112)
- Transferências	(220)
Valor contábil líquido final	269
Custo	2.371
Amortização acumulada e reduções ao valor recuperável	(2.102)
Valor contábil líquido	269

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

14. Imobilizado

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Total
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2017</i>			
Valor contábil líquido inicial	40.208	19.395	59.603
- Adições	1.217	1.925	3.142
- Alienações	-	(2.906)	(2.906)
- Depreciação e reduções ao valor recuperável	(706)	(2.537)	(3.243)
- Transferência	(482)	482	-
Valor contábil líquido final	40.237	16.359	56.596
Custo	48.083	33.365	81.448
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(7.846)	(17.006)	(24.852)
Variação do valor contábil líquido	40.237	16.359	56.596
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2016</i>			
Valor contábil líquido inicial	44.950	13.343	58.293
- Adições	437	4.007	4.444
- Alienações	-	(434)	(434)
- Depreciação e reduções ao valor recuperável	(752)	(1.948)	(2.700)
- Transferência	(4.427)	4.427	-
Valor contábil líquido final	40.208	19.395	59.603
Custo	47.347	34.307	81.654
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(7.139)	(14.912)	(22.051)
Variação do valor contábil líquido	40.208	19.395	59.603

15. Propriedades para investimento

	2017	2016
Valor contábil líquido inicial	3.641	3.725
- Depreciação	(82)	(84)
Valor contábil líquido final	3.559	3.641
- Custo	4.458	4.458
- Depreciação	(899)	(817)
Variação do valor contábil líquido	3.559	3.641

Detalhamento da receita de locação de propriedades para investimento:

Receita de locação líquida de propriedades para investimento	577	542
--	-----	-----

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Outros ativos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Recebíveis e pagamentos antecipados	41.345	38.382
Outros ativos	78.747	35.843
Total de outros ativos	<u>120.092</u>	<u>74.225</u>

17. Depósitos de instituições financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros empréstimos	8.152.453	6.959.801
Outros depósitos	6.391.470	5.913.127
Total de depósitos de instituições financeiras	<u>14.543.923</u>	<u>12.872.928</u>

18. Depósitos de clientes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósitos à vista	65.401	36.154
Depósitos a prazo	9.623.341	6.883.004
Outros devido a clientes	36.415	37.138
Total de depósitos de clientes	<u>9.725.157</u>	<u>6.956.296</u>

19. Obrigações por títulos e valores mobiliários

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Captações no mercado - Carteira própria	1.329.055	4.423.614
Captações no mercado - Carteira de terceiros	12.036.778	12.715.979
Recursos de letras de crédito do agronegócio	420.656	260.860
Obrigações por emissão de letras financeiras	4.558	243.053
Total de obrigações de títulos e valores mobiliários	<u>13.791.047</u>	<u>17.643.506</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

20. Provisões

A Instituição possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	29.200	19.649
Cível	Provável	5.287	845
Total		34.487	20.494

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possuía também processos cíveis, trabalhistas e tributários cuja probabilidade de perda é possível no montante de R\$ 25.642 (2016 – R\$ 31.134) e no Consolidado no montante de R\$ 27.754 (2016 – R\$ 32.065).

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	2017	2016
<i>Outras provisões:</i>		
Saldo inicial	20.494	13.608
- Adições	14.028	7.173
- Saques	(35)	(287)
Saldo Final	34.487	20.494

Vencimento estimado das provisões do Banco (excluindo provisões para benefícios a funcionários e para devedores duvidosos):

	Menos de		Total
	1 ano	1-5 anos	
Em 31 de dezembro de 2017	11.908	2.910	14.818
Em 31 de dezembro de 2016	14.889	5.605	20.494

21. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados para todas as diferenças temporárias utilizando o método do 'passivo' com base em uma alíquota de impostos vigente de 45% (2016: 45%) no Brasil. As mudanças no imposto de renda diferido podem ser detalhadas conforme segue:

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo fiscal diferido - conciliação		
Saldo inicial	25.198	19.383
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	3.931	5.809
- Ativos financeiros disponíveis para venda:		
- remensuração do valor justo	<u>(981)</u>	<u>6</u>
Saldo Final	<u>28.148</u>	<u>25.198</u>
Passivo fiscal diferido - conciliação		
Saldo inicial	2.669	3.682
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	65	103
- Ativos financeiros disponíveis para venda:		
- remensuração do valor justo	282	(290)
- Diferenças cambiais	<u>6</u>	<u>(826)</u>
Saldo Final	<u>3.022</u>	<u>2.669</u>
Ativo fiscal diferido - por tipo		
Reduções ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	3.263	4.918
Outras provisões	14.799	9.048
Provisão para PPR e Bônus	9.583	9.748
Marcação a Mercado TVM	<u>503</u>	<u>1.484</u>
Total do ativo fiscal diferido	<u>28.148</u>	<u>25.198</u>
Passivo fiscal diferido - por tipo		
Imobilizado	2.179	2.113
Diferenças Cambiais	502	528
Marcação a Mercado TVM	<u>310</u>	<u>28</u>
Total do passivo fiscal diferido	<u>2.991</u>	<u>2.669</u>

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso existir um direito legal de compensar ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente e os itens do imposto diferido relacionar-se à mesma autoridade tributária.

Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Ano	Valor dos créditos	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2016	-	(3.725)
2017	(1.380)	20.901
2018	24.343	6.629
2019	3.147	807
2020	1.078	465
2021	960	4
2022	-	117
Total	<u>28.148</u>	<u>25.198</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

22. Outros passivos

	2017	2016
Operações com cartões de crédito (i)	252.103	235.075
Valores a pagar (ii)	1.271.963	856.651
Dividendos a pagar	82.772	100.989
Outros	43.596	29.879
Total de outros passivos	<u>1.650.434</u>	<u>1.222.594</u>

(i) Valores a pagar de transações de cartões de crédito.

(ii) Valores referentes a provisões de folha de pagamento, valores de spread de operações do BNDES a pagar, valores a repassar às Cooperativas, relativos ao convênio firmado com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pela prestação de serviços bancários de recolhimento de contribuições e pagamento de benefícios previdenciários, valores a pagar relacionados a convênios com processadora de cartões de crédito e outros serviços oferecidos pelo banco, valores recebidos do INSS para pagamento de benefícios previdenciários mensais, valores a pagar de transações de cartões de crédito e valores referentes à remuneração da distribuição dos produtos do Banco pelas cooperativas integrantes do Sicredi.

23. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$ 1.168.974 (2016 – R\$ 1.168.974), representado por 758.773.951 ações ordinárias (2016 – 758.617.793), 249.548.540 ações preferenciais Classe A escriturais sem valor nominal (2016 – 249.694.156) e 32.782.343 ações preferenciais Classe B escriturais sem valor nominal (2016 – 32.792.885).

As ações preferenciais Classe A têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco; (c) os mesmos direitos de voto concedidos às ações ordinárias do Banco atualmente existentes; e (d) prioridade no reembolso do capital social. Os dividendos atribuídos às ações ordinárias serão constituídos pelos lucros remanescentes após o pagamento das ações preferenciais Classe A.

As ações preferenciais Classe B têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco, com exceção das Ações Preferenciais Classe A que se colocarão pari passu com as Ações Preferenciais Classe B e, portanto, terão a mesma prioridade que as Ações Preferenciais Classe B; e (c) prioridade no reembolso do capital social, pari passu com as ações preferenciais Classe A.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Instrumentos híbridos de capital e dívida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Instrumentos híbridos de capital e dívida - principal	<u>134.539</u>	134.539
Instrumentos híbridos de capital e dívida - encargos	<u>76.917</u>	57.784
Total	<u>211.456</u>	<u>192.323</u>

Em 02 de maio de 2005, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.837/01, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais de Crédito no montante de R\$ 52.400, através da emissão de Recibos de Depósito Bancário - RDB, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo" expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados.

Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais de Crédito no montante de R\$ 134.539, através da emissão de Letra Financeira Subordinada, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", em substituição aos Recibos de Depósito Bancário – RDB emitidos em 2005. A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados. Os recursos captados poderão ser usados para absorção de eventuais prejuízos.

Para fins de IFRS esses valores foram reclassificados para patrimônio líquido diante da característica dos instrumentos. (vide nota 4.1.7).

b) Reserva de lucros

Reserva Legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitado a até 20% do capital social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

c) Dividendos

Conforme estatuto social da Instituição, o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser inferior a 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal.

Na reunião da Diretoria realizada no dia 18 de dezembro de 2017, foi aprovada a destinação lucro líquido do exercício de 2017 no valor de R\$ 88.658, sendo R\$ 21.057 via dividendos mínimos e R\$ 63.169 via dividendo adicional. Deste montante, R\$ 10.000 foram pagos via juros sobre o capital próprio imputado ao dividendo mínimo obrigatório e 74.226 via dividendos, representando R\$ 9,61 (nove reais e sessenta e um centavos) e R\$ 71,29 (setenta e um reais e vinte e nove centavos) por lote de mil ações, respectivamente.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

As ações preferenciais Classe A e Classe B terão respectivamente direito a R\$ 62.128 e R\$ 4.426, calculados com base no resultado consolidado do Sistema Sicredi. Este montante está registrado no passivo em "Sociais e estatutárias", cuja destinação foi formalizada em assembleia ocorrida no dia 22 de fevereiro de 2018.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações durante o período.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Quantidade		
Ações preferenciais classe A	249.548.540	249.694.156
Ações preferenciais classe B	32.782.343	32.792.885
Ações ordinárias	758.773.951	758.617.793
Lucro por ação		
Lucro básico por ação (em Reais - R\$)		
Ações preferenciais classe A	0,24	0,23
Ações preferenciais classe B	0,13	0,12
Ações ordinárias	0,03	0,01

24. Receitas e despesas de juros

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de juros		
Valores a receber de instituições financeiras	1.523.394	2.349.980
Ativos financeiros para negociação	773	2.072
Empréstimos e recebíveis de clientes	1.328.572	1.000.698
Ativos financeiros disponíveis para venda	392.581	541.523
Total da receita de juros	3.245.320	3.894.273
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesa de juros		
Depósitos de instituições financeiras	(794.090)	(618.802)
Depósitos de clientes	(478.756)	(446.089)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(1.399.723)	(2.303.441)
Total da despesa de juros	(2.672.569)	(3.368.332)
Receita líquida com juros	572.751	525.941

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

25. Tarifas, taxas e comissões

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de tarifas, taxas e comissões		
Administração de ativos	17.946	19.335
Taxa de administração de cartões	44.068	57.887
Taxa de administração de operações de consórcio	185.119	156.391
Comissão de seguro	310.861	269.578
Taxas de custódia e serviços de títulos	1.980	4.589
Taxas de administração	47.596	43.353
Total da receita de tarifas, taxas e comissões	<u>607.570</u>	<u>551.133</u>
Despesa de tarifas, taxas e comissões		
Comissão de seguro	(262.486)	(206.285)
Total da despesa de tarifas, taxas e comissões	<u>(262.486)</u>	<u>(206.285)</u>
Tarifas, taxas e comissões líquidas	<u>345.084</u>	<u>344.848</u>

26. Ganho/(perda) líquida de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Instrumentos de dívida e instrumentos financeiros derivativos	(968)	(2.267)
Moedas estrangeiras e outras receitas de negociação	10.484	11.005
Lucro líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	<u>9.516</u>	<u>8.738</u>

O lucro líquido da negociação de moedas também inclui ganhos e perdas nos contratos à vista e a termo, opções, futuros e ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras.

27. Outras receitas operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas com carteira de câmbio	7.291	6.220
Convênio INSS	4.326	2.251
Reversão provisão operacionais	5.017	2.885
Recuperação de encargos e despesas	119.074	150.062
Receita variação monetária	43.368	67.791
Receita aplicações compulsárias	79.807	55.362
Outras receitas operacionais	5.103	7.252
Total de outras receitas operacionais	<u>263.986</u>	<u>291.823</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

28. Despesas de pessoal

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ordenados e salários	(96.692)	(102.703)
Contribuições previdenciárias e custos de seguro	(20.243)	(21.571)
Outros despesas de pessoal	(20.145)	(19.424)
Total de despesas de pessoal	<u>(137.080)</u>	<u>(143.698)</u>

29. Outras despesas administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas de viagem	(2.889)	(4.751)
Materiais de escritório	(260)	(223)
Despesas de TI	(7.768)	(7.178)
Despesas de publicidade	(9.194)	(3.648)
Manutenção de edifícios	(155)	(47)
Honorários profissionais	(5.137)	(5.832)
Despesas tributárias	(70.843)	(80.718)
Despesas serviços prestados SFN	(548.531)	(422.508)
Despesas serviços técnicos especializados	(79.361)	(124.047)
Outras despesas	(18.992)	(16.971)
Total de outras despesas administrativas	<u>(743.130)</u>	<u>(665.923)</u>

30. Outras despesas operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesa com carteira de câmbio	(23.263)	(59.421)
Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(4.112)	(3.988)
Convênio - Secretária Receita Federal - SEFAZ	(4.310)	(3.784)
Despesa variação monetária	(2.210)	(1.146)
Ressarcimento RCO	(72.213)	(58.307)
Provisão para passivos contingentes	(17.903)	(4.908)
Repasse rede	(7.164)	(6.032)
Cartão de crédito internacional	(6.882)	(6.701)
Repasse de incentivos - Mastercard e Visa	(2.800)	-
Outras despesas operacionais	(23.616)	(18.564)
Total de outras despesas operacionais	<u>(164.473)</u>	<u>(162.851)</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

31. Tributação sobre o lucro

A tributação sobre o lucro operacional do Banco difere do valor nominal baseado nas alíquotas de imposto padrão brasileiras. A reconciliação entre os dois valores é mostrada abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro operacional antes da tributação, juros ao capital e antes da participação dos acionistas minoritários	<u>134.638</u>	190.522
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(60.587)	(85.735)
Exclusões / (Adições)		
Permanentes		
Incentivos fiscais	2.209	2.687
Constituição PPR pessoal	(1.367)	(1.545)
Reversão IR e CSLL exercício anterior	307	(10)
Brindes, doações e patrocínios	(759)	(1.179)
Efeito da alteração de alíquota de CSLL (*)	(1.477)	-
Efeito da majoração de alíquota de CSLL (**)	2.776	2.350
Outros, líquidos	51	(340)
Subtotal	<u>1.740</u>	<u>1.963</u>
Temporárias		
Provisão/ Reversão de PPR Pessoal	(62)	(1.216)
Provisão/Reversão para operações de crédito	1.445	(1.818)
Reversão/Provisão para passivos contingentes	(6.207)	(2.946)
Outras provisões de incentivo	(624)	
Ajuste de títulos marcados a mercado	668	68
Depreciação	67	98
Diferenças cambiais	27	(939)
Efeito da alteração de alíquota de CSLL (**)	1.477	145
Outros, líquidos	(54)	145
Subtotal	<u>(3.263)</u>	<u>(6.463)</u>
IRPJ e CSLL correntes	(62.110)	(90.235)
Constituição de créditos tributários	3.263	6.463
IRPJ e CSSL registrados no resultado	<u>(58.847)</u>	<u>(83.772)</u>
Alíquota efetiva	<u>-44%</u>	<u>-44%</u>

(*) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas financeiras, as quais a alíquota de Contribuição Social é de 9%.

(**) Efeito do diferencial de alíquota para o Banco, no qual a alíquota de Contribuição Social passará de 20% para 15% a partir de janeiro de 2019. O efeito do diferencial é aplicado sobre o saldo do ativo e passivo diferido.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

32. Transações com partes relacionadas

Duas partes são consideradas relacionadas caso uma parte exerça controle ou tenha influência significativa sobre a outra parte (no que tange a decisões financeiras ou operacionais). No curso normal dos negócios, o Banco e empresas Controladas realizam uma ampla gama de transações com entidades relacionadas envolvendo diferentes tipos de empréstimos, depósitos e transações em moedas estrangeiras. As transações entre partes relacionadas também incluem transações com controladas, acionistas e alta administração, bem como transações entre controladas.

32.1 Instituições relacionadas/Sistema de Crédito Cooperativo – (Sicredi)

Conforme detalhado no contexto operacional (nota 1), o Banco foi criado para atendimento as necessidades das Cooperativas de Crédito no acesso ao mercado financeiro em sua totalidade.

Abaixo apresentamos as principais operações realizadas pelo Banco com as entidades do Sicredi:

	Consolidado	
	2017	2016
Ativo	12.324.381	10.140.959
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.946	21.205
Repasse interfinanceiros	11.091.786	8.840.743
Operações de crédito	543.163	376.587
Rendas a receber	1.009	6.499
Títulos e créditos a receber	105.323	109.002
Outros créditos - diversos	571.812	786.923
Outros valores e bens	1.342	-
Passivo	15.550.086	18.892.110
Depósitos à vista	367.806	11.928
Depósitos interfinanceiros	2.434.344	2.222.770
Captações no mercado aberto - carteira própria	400.000	3.657.969
Captações no mercado aberto - carteira de terceiros	12.055.152	12.715.979
Sociais e estatutárias	79.799	59.871
Outras obrigações - diversas	1.529	31.270
Instrumentos híbridos de capital e dívida	211.456	192.323
Receitas	815.904	628.424
Operações de crédito	748.607	570.427
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.487	1.636
Receitas de prestação de serviços	23.198	24.677
Outras receitas operacionais	42.612	30.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	1.363
Despesas	1.769.633	3.816.619
Operações de captação no mercado	1.514.365	3.427.183
Resultado de empréstimos e repasses	31.752	-
Outras despesas administrativas	212.186	308.862
Outras despesas operacionais	10.743	80.574
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	587	-

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

32.2 Instituições relacionadas/controladas

Os volumes de transações com partes relacionadas, saldos a pagar no encerramento do exercício e receitas e despesas correspondentes durante o exercício são fornecidos abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósitos de instituições financeiras / depósitos de clientes		
Pendentes no início do exercício	13.334	8.650
- Recebidos durante o exercício	465	343
- Liquidada durante o exercício	10.008	4.341
Total no encerramento do exercício	<u>23.807</u>	<u>13.334</u>
Despesas		
Despesas de juros	777	972
Total das despesas de transações com partes relacionadas	<u>777</u>	<u>972</u>

32.3 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O valor dos honorários mensais do diretor-presidente, do diretor executivo e dos diretores, e
- O diretor-presidente, o diretor-executivo e os diretores, terão também direito as prerrogativas previstas no Programa de Benefícios do Sicredi (PBS) e Programa de Educação Cooperativa (PEC) nos termos dos respectivos regulamentos, e em condições equivalentes aos demais colaboradores.

A remuneração paga a seus administradores foi como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários	4.583	5.163
Bônus relacionado ao desempenho	5.472	6.363
Encargos previdenciários	2.550	2.990
Total	<u>12.605</u>	<u>14.516</u>

32.4 Benefícios pós-emprego

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Plano de Previdência Complementar de contribuição definida	225	252
Total	<u>225</u>	<u>252</u>

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

33 Outras Informações

33.1 Plano de pensão – contribuição definida

O Banco e as empresas controladas participam de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade “contribuição definida”. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não têm obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

33.2 Coobrigações prestadas

a) Compromissos, garantias e outras responsabilidades

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Coobrigação por Garantias Prestadas		
Beneficiários de Garantias Prestadas (i)	49.529	40.726
Depositários de Valores em Custódia/Garantia (ii)	6.494.944	6.194.754
Títulos em Cobrança (iii)	14.712.670	10.262.604

(i) Corresponde basicamente ao valor das garantias prestadas, avais e fianças concedidos à terceiros em moeda nacional.

(ii) Refere-se ao valor de títulos próprios e de terceiros custodiados na CETIP e no SELIC.

(iii) Representam os títulos de terceiros em cobrança direta no país.

b) Outras garantias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Margem Garantia BM&F Bovespa	22.989	24.720
Tecnologia Bancária S/A - TECBAN	1.346	1.224

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

33.3 Fundos de Investimento

O Banco administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2017 atingiram R\$ 33.892.838 (2016 - R\$ 28.374.705).

A receita com a administração dos fundos de investimento, no exercício, atingiu R\$ 14.297 (2016 – R\$ 16.936) e está apresentada na rubrica "Receita de prestação de serviços".

Os fundos de investimento são auditados em datas diversas por outros auditores independentes.

33.4 Cobertura de Seguros

O Banco e as suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros.